

ANEXO II – REQUERIMENTO PARA O CREDENCIAMENTO

DADOS DA PROPONENTE:

Razão Social:			
CNPJ:		Inscrição Estadual:	
Endereço:			
Bairro:		CEP:	
Cidade:		Estado:	
Telefone:		E-mail:	
Representante Legal (1):			
Cargo:		CPF:	
RG:		Emissor:	
Telefone:			
Representante Legal (2):			
Cargo:		CPF:	
RG:		Emissor:	
Telefone:			

PROCESSO Nº: 21.306.064-3

EDITAL Nº: 003/2023-LOTTOPAR

OBJETO: CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas qualificadas, para CONCESSÃO comum da exploração das modalidades lotéricas instantânea, em meio físico e virtual.

Após examinar todas as cláusulas e condições estipuladas no Edital e seus anexos, apresentamos nosso pedido de pré-qualificação para o credenciamento, nos termos consignados no mencionado Edital e seus anexos, encaminhando com a Lista de Verificação da Documentação Exigida, que segue anexa a este Requerimento.

Assim, **DECLARO** que as informações acima são verdadeiras e que estou de acordo com todos os termos do Edital que regem o presente Credenciamento, bem como seus anexos, em consonância com o artigo 232 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

[inserir data]

[inserir nome da empresa]

[inserir nome do representante legal]

OBS: ESTE REQUERIMENTO DEVE SER PROTOCOLADO COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREVISTOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS

LISTA DE VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA O CREDENCIAMENTO

(preencher Lista de Verificação e encaminhar com o Pedido de Credenciamento. Todos os documentos deverão ser digitalizados em formato “.pdf”, devendo ser protocolados por meio do Sistema e-Protocolo www.eprotocolo.pr.gov.br, seguindo a ordem de inserção abaixo.)

ITEM DO EDITAL	DESCRIÇÃO	DOCUMENTO (Descrição/Observação do documento enviado)
DOS REQUERIMENTOS E DECLARAÇÕES		
20.2	Requerimento para o CREDENCIAMENTO (ANEXO II do Edital), digitado, sem emendas, rasuras, entrelinhas, ou ambiguidade, acompanhado da documentação solicitada neste EDITAL, preferencialmente em papel timbrado próprio do proponente.	
20.2.1	Declaração da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (ANEXO III do Edital).	
20.2.2.	Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (ANEXO IV).	
20.2.3.	Intenção e Compromisso de constituição de Sociedade de Propósito Específico (ANEXO V).	

DA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA		
21.1.	Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, inclusive com a última alteração registrada no registro empresarial que consolidou as disposições do estatuto, contrato social ou ato constitutivo. Caso o contrato social não esteja consolidado, deve ser apresentado o último instrumento acompanhado das posteriores alterações.	
21.3.	No caso de sociedade por ações e sociedades limitadas, prova de eleição/nomeação dos administradores do proponente em exercício, devidamente registrada no registro empresarial ou órgão competente.	
21.4.	Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.	
21.5.	Procuração outorgando poderes expressos ao representante legal, irretratáveis e irrevogáveis para figurar perante o Poder Concedente, com plenos poderes para receber notificações, intimações e citações quanto aos assuntos relativos ao credenciamento ou ao contrato, bem como para concordar com condições, transigir, recorrer e desistir	

	de recurso, comprometer-se a assinar, em nome do proponente, quaisquer papéis e documentos relacionados com o objeto do credenciamento.	
DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA		
22.1.1.	Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índice oficial (IPCA/IBGE), quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da habilitação.	
22.1.3.	No caso de empresas constituídas no exercício social, estas deverão apresentar o Balanço de Abertura devidamente registrado e as demonstrações contábeis referentes ao período compreendido do início das atividades até data próxima a abertura das propostas.	
22.1.4.	As empresas estrangeiras deverão apresentar os documentos exigidos acompanhados de análise de auditores independentes. As empresas devem apresentar suas demonstrações contábeis (balanço e demonstrativo de resultados) certificadas por um contador registrado na entidade profissional competente, caso a auditoria não	

	seja obrigatória pelas leis de seus países de origem.	
22.1.5.	<p>Nas situações em que o proponente estiver submetida ao SPED – Sistema Público de Escrituração Contábil, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão ser apresentados acompanhados de:</p> <p>a) Recibo de entrega, emitido pelo SPED, da Escrituração Contábil Digital (ECD) com autenticação válida na data de sua apresentação à LOTTOPAR, assim como, em sendo o caso, apresentado juntamente ao Termo de Verificação para Fins de Substituição, nos termos da IN RFB 2003/2023; e</p> <p>b) Comprovantes da assinatura digital do livro contábil pelo diretor responsável e por profissional de contabilidade habilitado e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade - CRC, comprovando a sua regularidade perante o respectivo conselho.</p>	
22.2.	<p>A situação financeira do proponente será comprovada através dos seguintes índices financeiros:</p> <p>Liquidez Geral (LG)</p> <p>Solvência Geral (SG)</p> <p>Liquidez Corrente (LC)</p> <p>Em caso de consórcio, os índices acima serão somatórios entre os</p>	

	membros participantes.	
22.5.	Comprovação de ser dotado de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente igual ou superior a R\$ 4.296.000,00 (quatro milhões e duzentos e noventa e seis mil reais).	
22.6.	No caso de Sociedade Empresária, Certidão de Pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo Distribuidor Judicial da Comarca (Varas Cíveis) da cidade onde a sociedade for sediada, ou no caso de Sociedade Simples, certidão expedida pelo Distribuidor Judicial das Varas Cíveis da Comarca onde a sociedade está sediada, relativa à Execução Patrimonial, todas datadas de, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de sua entrega.	
22.6.1.	Caso o proponente esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.	
DA QUALIFICAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA		
23.1.1.	Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ.	

23.1.2.	Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal e/ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do proponente, ou, em caso de consórcio, ao domicílio ou sede de cada consorciada, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, ou declaração assinada pelo proponente de que a atividade desempenhada não torna exigível inscrição municipal e/ou estadual.	
23.1.3.	Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), fornecida pela Caixa Econômica Federal (CEF), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.	
23.1.4.	Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à dívida ativa da União, por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11, da Lei nº 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros.	
23.1.5.	Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, do Estado	

	do Paraná e da sede do proponente relativa aos tributos estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente na forma da lei.	
23.1.6.	Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município da sede do proponente na forma da lei.	
23.1.7.	Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou de Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos Negativos, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.	
DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA		
24.1.	Atestado de Capacidade Técnica que comprove a operação de qualquer modalidade lotérica prevista na Lei Federal nº 13.756/2018, por, no mínimo, 12 (doze) meses consecutivos em Estado ou País de ambiente regulado, podendo ser emitido por ente privado ou público.	
24.2.1.	Licença emitida por regulador governamental que comprove a operação lotérica pelo período mínimo de 12 (doze) meses; OU	

24.2.2.	Comprovar que foi ou é da sua responsabilidade o pagamento de prêmios em operações de jogos lotéricos no montante superior a R\$ 82.000.000,00 (oitenta e dois milhões de reais) no período de 12 (doze) meses; OU	
24.2.3.	Comprovar ser responsável por 7.000.000 (sete milhões) em número de operações, no período de 12 (doze) meses.	
24.6.	<p>A relação entre o PROPONENTE e a empresa detentora dos documentos de comprovação da experiência constante do Item 24.5 deve ser comprovada mediante a apresentação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) organograma do GRUPO ECONÔMICO que demonstre a(s) relação(ões) societária(s) entre o PROPONENTE e a empresa detentora dos referidos documentos de comprovação; (ii) documentos societários, nos termos da legislação aplicável, que embasam as relações societárias indicadas naquele organograma, tais como CONTRATOS sociais, estatutos sociais, livros de registro de ações (incluindo ações escriturais), livros de registro de transferência de ações (incluindo ações escriturais) e acordos de quotistas ou de acionistas. 	
DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES PARA EMPRESAS SOB REGIME DE CONSÓRCIO		

25.1.	Compromisso público ou particular, registrado em cartório, de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, discriminando os poderes e encargos de cada consorciado e indicando a etapa do objeto a que cada um ficará responsável, com o respectivo percentual de participação.	
25.2.	Indicação da empresa responsável pelo consórcio, que deve atender às condições fixadas neste EDITAL e seus anexos.	
25.7.	Relação de documentos societários de todas as empresas participantes do consórcio.	
25.8.	As empresas estrangeiras que não funcionam no País, participantes do consórcio, atenderão as exigências documentais requeridas neste edital mediante documentos equivalentes hábeis emitidos por entidades estrangeiras acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora, conforme disciplina o artigo 67, §4º da Lei Federal nº 14.133/2021.	
25.9.	No caso de inexistência da equivalência requerida, a empresa estrangeira deve declarar expressamente esta circunstância	

Local, de de .



ePROTOCOLO



Documento: **AnexoIIEditalPedidodeCredenciamentoInstantanea.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Nicole Jeanne Rego Grubhofer (XXX.605.399-XX)** em 11/12/2023 18:06 Local: LOTTOPAR/AOP, **Lucia Burzynski Bialli (XXX.636.389-XX)** em 11/12/2023 18:06 Local: LOTTOPAR/AOP.

Assinatura Simples realizada por: **Leonardo Teixeira da Silva (XXX.738.559-XX)** em 11/12/2023 18:06 Local: LOTTOPAR/AOP, **Guilherme Schlumberger (XXX.797.779-XX)** em 11/12/2023 18:08 Local: LOTTOPAR/AT.

Inserido ao protocolo **21.306.064-3** por: **Nicole Jeanne Rego Grubhofer** em: 11/12/2023 18:04.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
5579ba237ea11f2e4657255c4a7794ed.